



CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS
DA MARINHA (CEPE-MB)



SIMPÓSIO E OFICINAS

“A REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA MARÍTIMA NACIONAL (PMN)”

CMG (RM1) ANDRÉ LUIZ DE MELLO BRAGA E
SO-RM1-CN ÁTILA VIEIRA DO CARMO

Rio de Janeiro, RJ
23 DE MARÇO DE 2022

OS PRODUTOS E PENSAMENTOS DO CEPE-MB NÃO REFLETEM A POSIÇÃO DA
MARINHA DO BRASIL

SUMÁRIO

1 - TEMA	3
2 - LOCAL E DATA.....	3
3 - INTRODUÇÃO.....	3
4 - RESUMO DAS APRESENTAÇÕES	5
5 - ASPECTOS RELEVANTES	9
6 - CONCLUSÃO.....	9
7 - REFERÊNCIAS	9

1 - TEMA

A Reformulação da Política Marítima Nacional (PMN).

2 - LOCAL E DATA

Local: Presencial no Auditório do Clube Naval de Brasília e virtual com Transmissão pelo Canal da Marinha no “Youtube”.

Data: 23 de março de 2022 de 09h00 às 18h30.

3 - INTRODUÇÃO

O Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha do Brasil (CEPE-MB) é um “*think tank*” institucional da Marinha do Brasil (MB) dedicado aos Estudos Marítimos. Inserido na estrutura do Estado-Maior da Armada, o CEPE-MB tem como uma de suas tarefas aprofundar o conhecimento institucional, expandindo-o e promovendo sua reflexão, internamente à própria MB e junto à sociedade, divulgando os resultados obtidos. Por isso, seu mote: “**Conhecer, Refletir e Divulgar**”.

Dentro desse escopo, o Estado-Maior da Armada em parceria com o CEPE-MB, o Observatório de Políticas Marítimas (OPM) e o Clube Naval de Brasília, promoveu o Simpósio e Oficinas “A Reformulação da Política Marítima Nacional.” O Evento teve por objetivo a contribuição da Sociedade na elaboração da Política Marítima Nacional (PMN), que contou com a participação presencial de 124 inscritos e mais de 3.485 visualizações no Canal do YouTube da Marinha.

O Simpósio teve a seguinte programação:

09h15 - 09h55 – **Conferência de Abertura: “A PMN que queremos”:**

- Palestrante: Alte Esq (Ref-FN), Prof. Dr., Alvaro Augusto Dias Monteiro (CEPE-MB)

10h00 - 10h30 – **Conferência: “Aspectos metodológicos adotados no GTI-PMN e situação dos avanços alcançados”**

- Palestrante: CMG (RM1), Prof. Dr., André Panno Beirão. (EGN)

10h35 - 11h00 – Intervalo

11h05 - 11h15 – **Abertura das Oficinas:** Apresentador CMG (RM1), Prof. Dr., André Panno Beirão

11h15 – 12h30 – **Início das atividades das Oficinas em paralelo** (uma para cada Objetivo Marítimo Nacional)

Oficinas de Trabalho:

- 1 Modal aquaviário e transporte marítimo;
- 2 Aproveitamento de recursos vivos e não-vivos;
- 3 Parque industrial marítimo em suas múltiplas vertentes à economia do mar;
- 4 Pesquisa científica marinha e marítima e aspectos tecnológicos;
- 5 Biodiversidade marinha e recursos hídricos;
- 6 Soberania no mar e defesa;
- 7 Segurança da navegação no mar e águas interiores;
- 8 Mentalidade marítima, ensino, pesquisa e disseminação;
- 9 Atividades turísticas, sociais, esportivas, recreativas e culturais; e
- 10 Protagonismo internacional do Brasil em assuntos marítimos.

12h30 – 13h30 – Intervalo para almoço

13h30 – 16h30 – Continuidade dos Trabalhos das Oficinas

16h30 – 17h30 – **Apresentação pelos Coordenadores das Oficinas de seus resultados**
– em ambiente presencial, com transmissão on-line pela plataforma Webex.

18h30 – Encerramento do Simpósio.

A participação social teve sua representatividade composta pelos seguintes órgãos:

- Marinha do Brasil (EMA, Órgãos de Direção Setorial e SECIRM);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Ministério da Cidadania;
- Ministério da Defesa;
- Ministério da Economia;
- Ministério da Infraestrutura;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Saúde;

- Ministério do Trabalho e Previdência;
- Ministério de Minas e Energia;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
- Ministério do Meio Ambiente;
- Ministério do Turismo;
- Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Advocacia-Geral da União;
- Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (ABAC);
- Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SYNDARMA);
- Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (ABEAM);
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP);
- Fórum Público Nacional de Simplificação e Modernização no Controle das Embarcações de Esporte e Recreio em Tráfego Internacional no Brasil;
- Observatório de Políticas Marítimas;
- Grupo de Estudos em Direito, Recursos Naturais e Sustentabilidade (GERN-Unb);
- Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparo Naval e *Offshore* (SINAVAL);
- Federação Nacional de Operações Portuárias (FENOP);
- Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON); e
- Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO).

O propósito do Simpósio e Oficinas foi propiciar o debate, com vistas a subsidiar a elaboração de minuta das diretrizes para a PMN e revisitar os objetivos marítimos estabelecidos previamente pelo Grupo de Trabalho Interministerial.

4 - RESUMO DAS APRESENTAÇÕES

O Simpósio teve início pela apresentação do Alte Esq (Ref-FN) Monteiro que fez sua exposição comentando sobre a importância do mar.

Apresentou a ideia de que, no princípio, existia apenas um único oceano de “Gaia” e que, ao longo da história, as sociedades foram criando divisões regionais.

Prosseguiu mencionando o fato de que o mar vai além do espaço de trânsito para as trocas comerciais. Recentemente, a humanidade tem mudado sua percepção sobre o uso do mar em razão das novas tecnologias que permitem acesso a recursos naturais disponíveis nos fundos marinhos e a todo o seu potencial de desenvolvimento. Dessa forma, o mar passou a ser entendido como área de interesse e não somente via de passagem.

Destacou que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM), realizada em Montego Bay, Jamaica, no ano de 1982, hoje conta com 172 assinaturas e está em vigor desde 1994. Trata-se de um acordo internacional que regula o uso do mar, sua governança e a distribuição dos espaços marítimos.

O Alte Monteiro acrescentou outro fato importante relacionada à percepção do mar: a criação da marca “Amazônia Azul” pela Marinha do Brasil. A “Amazônia Azul” é uma ideia que abrange toda a área marítima sob jurisdição do Estado brasileiro, bem como a revisão de extensão da Plataforma Continental (PC).

Pesquisas realizadas na região da Elevação de Rio Grande permitiram ao Brasil atualizar o pleito relacionado à Plataforma Continental Estendida (PCE), incluindo essa área, com potencial em recursos minerais (novas técnicas, econômicos e políticos).

Como resultado dessa mudança de percepção do mar, os oceanos têm sofrido um processo de territorialização, isto é, os Estados estão usando parâmetros da geopolítica tradicional para assegurar os seus espaços no mar, buscando assegurar a posse desses recursos naturais no solo e subsolo marinho, o que exige os investimentos para acessar esses recursos para protegê-los.

Os parâmetros da geopolítica existentes na atualidade não se aplicam diretamente ao mar. Em virtude da sua permeabilidade e ausência de indutores geográficos, o mar não possui centros de poder, ou seja, os centros de poder (em terra) encontram-se nas periferias dos oceanos, o que provoca um movimento que vai da periferia para o centro de interesse, em uma abordagem diferente.

Citando Geoffrey:

Os processos de globalização diminuem, significativamente, as distâncias geográficas {...} como resultado poder-se-ia dizer que as áreas oceânicas passam a ser imaginadas como traços de união, interligando continentes e países, ao invés de separá-los.

As palavras de Geoffrey Till mostram que os oceanos passaram a ser geratrizes regionais, criando um regionalismo, tendo um Estado líder dentro de um processo construtivo. No caso do Brasil, o espaço estratégico marítimo de interesse é o Atlântico Sul.

Para exemplificar o entendimento de regionalismos distintos, o Alte Monteiro citou o regionalismo da União Europeia, o qual visa à integração dos Estados com continuidade territorial e a construção de instituições supranacionais, incluindo a cessão de soberania dos Estados-Membros, bem como a constituição de uma identidade supranacional.

Outro tipo seria o regionalismo marítimo pluralístico, o qual visa à integração e induz a interação e a solução de problemas comuns, porém não todos, e, ainda, sem a cessão de soberania. Esse tipo de regionalismo parece ser o modelo adequado para desenvolver o regionalismo sul-atlântico, com destaque para a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) como ferramenta para esse processo.

Em sua síntese conclusiva, o Alte Monteiro afirmou que o Sistema Internacional tem sido estudado como um sistema linear, buscando estabilidade e previsibilidade. Mas quando o ser humano integra um sistema, ele se torna adaptativo complexo, isto porque a sensibilidade é diferente dentro do processo, uma vez que não uma relação direta entre os resultados obtidos ao se alterar uma variável do sistema. Pode-se dizer que o Sistema Internacional é instável e incerto.

Ressaltou ainda que, o Brasil como potência média e potência regional no Atlântico Sul, tem a necessidade de priorizar o bom uso do mar e a segurança marítima com os demais países Lindeiros da ZOPACAS.

Caso os atores regionais do Atlântico Sul não se empenhem ou assumam as iniciativas sobre a segurança marítima, os atores extrarregionais poderão vir a assegurar a segurança na região, sob o viés de seus próprios interesses. O Brasil deve desempenhar um papel de protagonismo no Atlântico Sul.

Em sequência o CMG (RM1 Beirão passou a realizar a sua apresentação, a qual abordou sobre a missão do GTI-PMN e a importância do mar para o Brasil.

Na sua exposição falou sobre a formação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI-PMN), criado pelo poder Executivo para a reformulação da Política Marítima Nacional, o qual é integrado por 15 órgãos da Administração Pública.

O GTI tem como finalidade propor procedimentos, definir prioridades e objetivos e apontar caminhos para a atualização da PMN. Coube ao Poder Executivo, dentro de suas atribuições quanto à responsabilidade pela proposição da alteração de políticas públicas, a confecção de uma nova PMN.

O GTI-PMN tem se reunido há mais de um ano, com foco nas metas a serem atingidas. Uma das ações necessárias ao processo é a participação da sociedade na elaboração da proposta.

O propósito do GTI-PMN, ao realizar o Simpósio e Oficinas foi colher subsídios para que se possa obter uma linha-mestra com o envolvimento do poder público e da sociedade.

A coordenação do GTI coube à Marinha do Brasil. O GTI-PMN usou como referência de análise e avaliação, o estudo comparado, para acompanhar experiências pregressas sobre o tema. Também destacou a importância de criação de indicadores de acompanhamento para mensurações.

Também foi utilizada a característica multissistêmica do mar. Entre as políticas marítimas de um único Estado, observou-se como novidade, em 2021, uma Política Marítima Integrada da União Europeia, passando a expressar a vontade de um conjunto de Estados.

Com base no estudo comparado dos países, o GTI-PMN optou por estabelecer um quantitativo de 10 Objetivos Marítimos Nacionais (OMN). Optou-se pela confecção de uma PMN articulada e não holística, mais objetiva e mais fácil de ser referenciada, revisada e atualizada.

Estabeleceu-se uma Oficina para cada Objetivo Nacional, em um total de 10, tendo os principais órgãos participantes do GTI-PMN respondido por sua coordenação, dentro da maior afinidade sobre o tema.

As Oficinas foram orientadas a buscar estabelecer cerca de cinco e dez diretrizes para cada OMN. Além disso, foram convidadas a debater sobre indicadores de meta, desempenho e acompanhamento, propondo críticas, sugestões e melhorias.

Durante a realização das Oficinas foram discutidas ideias que contribuíssem para a elaboração das diretrizes para os Objetivos Marítimos Nacionais (OMN). Muitas ideias novas surgiram durante as discussões, agregando conhecimentos ao trabalho do GTI-PMN.

O Anexo contém os dez Objetivos Nacionais em discussão e aprofundamento na minuta da PMN reformulada.

5 – ASPECTOS RELEVANTES

Disseminação à sociedade da relevância do mar, a partir do ponto de vista de Políticas Públicas, ao redefinir rumos com uma nova Política Marítima Nacional.

Disseminação à sociedade do andamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho interministerial para elaboração da nova PMN.

Participação social, acolhendo os anseios de órgãos, entidades públicas e privadas, academia e sociedade, por meio de contribuições às Oficinas programadas.

6 - CONCLUSÃO

O Simpósio promoveu a discussão do tema “Reformulação da Política Marítima Nacional”, com a participação social.

Foram atingidos os propósitos de disseminar os trabalhos do GTI-PMN desenvolvidos até aquela data e elaborar propostas consistentes de diretrizes necessárias para cada um dos Objetivos Marítimos Nacionais (OMN).

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto Presidencial Nº 1.265 de 11 de outubro de 1994, promulga a Política Marítima Nacional

_____, Decreto Presidencial Nº 10.607, de 22 de janeiro de 2021, institui o Grupo Interministerial para reformular a Política Marítima Nacional

_____, Portaria GM-MV Nº 1.561, de 31 de março de 2021, designação dos membros titulares e suplentes componentes do Grupo de Trabalho Interministerial determinado pelo Dec. Nº 10.607/2021.